

ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.008542/19
Senha: 0513B3B

AL-P-(SGM) Nº 659

Teresina (PI), 04 de dezembro de 2019.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria da Deputada **Lucy Soares** que:

“Estabelece a obrigatoriedade de as escolas públicas estaduais exibirem a média, relativa ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

Asssembleia Legislativa do Estado do Piauí
Av. Marechal Castelo Branco, 201
CEP.: 64.000-810 – Fone: (86) 3221-7214

RECEBIDO EM: DO GOVERNADOR
em 05/12/19 às :
Pensável



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 22 DE DE DE 2019

Estabelece a obrigatoriedade de as escolas públicas estaduais exibirem a média relativa ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigada toda escola da rede pública estadual a fixar, junto a entrada principal da instituição de ensino, em local visível, painel, com pelo menos 1 m² (um metro quadrado), exibindo os respectivos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, apurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, assim como os mesmos indicadores relativos ao Estado do Piauí.

Parágrafo único. Fica de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, formatar o modelo do painel descrito neste **caput**, contendo as metas observadas e metas projetadas do IDEB dos últimos 03 (três) anos de cada instituição de ensino, dando maior destaque aos índices mais atuais.

Art. 2º O prazo para adequação das disposições desta Lei será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 22 de outubro de 2019.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **MARDEN MENEZES**
2º Secretário

Dep. **FLÁVIO NOGUEIRA JÚNIOR**
3º Secretário

